

SUBSISTIR NÃO É PRECISO: análise de relatos de pescadores no contexto neoliberal-pandêmico

*Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima*¹
(UNIVALI, Brasil)

*Marlon Gibb Barreto Zimmer*²
(UNIVALI, Brasil)

*Fernanda Souza Tomé da Silva*³
(Prefeitura Municipal de Navegantes/SC, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v6i11.932>

RESUMO: O contexto neoliberal-pandêmico tem modificado condições objetivas e subjetivas do texto de inúmeras frações de classe no Brasil. O artigo examina características da cotidianidade de pescadores artesanais de um município catarinense, na perspectiva humanística de análise da realidade, inspirada em Antonio Gramsci. A relação com os dados expõe vidas insuladas, destituídas do direito à informação de qualidade sobre questões normativas pertinentes aos seus interesses, portadoras de um legado de saber-fazer e de um sentimento de expropriação da cultura artesanal. Vidas que correm atrás do sustento que vem do mar, acometidas por um estado de desânimo em função do atraso do benefício seguro-defeso. Vidas quase à margem da COVID-19 porque oprimidas na necessidade diária de subsistência.

Palavras-chaves: Trabalho de Pescadores. Relações de Trabalho. Relações Sociais. Cultura do Trabalho. Pandemia de COVID-19.

¹ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é docente e pesquisadora da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Gestão do Trabalho e Lidera o Grupo de Pesquisa em Produção Interdisciplinar de Conhecimento e Tecnologias na Perspectiva Crítico-Social (Grupo de Pesquisa PRÁXIS). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8863-542X>. E-mail: rita.lima@univali.br

² Estudante de Graduação em Odontologia pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). É membro do Grupo de Pesquisa em Produção Interdisciplinar de Conhecimento e Tecnologias na Perspectiva Crítico-Social (Grupo de Pesquisa PRÁXIS). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1277-3479>. E-mail: marlon.zimmer@edu.univali.br

³ Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Atualmente é servidora pública da Prefeitura Municipal de Navegantes, SC. É membro do Grupo de Pesquisa em Produção Interdisciplinar de Conhecimento e Tecnologias na Perspectiva Crítico-Social (Grupo de Pesquisa PRÁXIS). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5047-3960>. E-mail: nandatome@gmail.com

IT IS NOT NECESSARY TO SUBSIST: analysis of reports from fishermen in the neoliberal-pandemic context

ABSTRACT: The neoliberal-pandemic context has modified the objective and subjective conditions of the text of countless class fractions in Brazil. The article analyzes elements of the daily life of handmade fishermen in a city in Santa Catarina state, from the humanistic perspective of the reality analysis, inspired by Antonio Gramsci. The relationship with the data exposes isolated lives, deprived of the right to quality information about normative questions linked to their interests, carries a legacy of "know and make" and a feeling of expropriation of handmade culture. Lives that run after the sustenance that comes from the sea and that are affected by a state of dismay due to the lack of their "*Seguro-Defeso*" benefit. Lives almost outside Covid-19 because they are overwhelmed by the daily need for subsistence.

Keywords: Fisherman's Work. Work Relationships. Social Relationships. Work Culture. COVID-19 Pandemic.

NO ES NECESARIO SUBSISTIR: análisis de informes de pescadores en el contexto neoliberal-pandémico

RESUMEN: El contexto neoliberal de la pandemia ha modificado las condiciones objetivas y subjetivas del texto de innumerables fracciones de clase en Brasil. El artículo analiza elementos de la vida cotidiana de los pescadores artesanos en una ciudad del estado de Santa Catarina, desde la perspectiva humanista del análisis de la realidad, inspirado en Antonio Gramsci. La relación con los datos expone vidas aisladas, privadas del derecho a una información de calidad sobre cuestiones normativas ligadas a sus intereses, llevando un legado de "saber y hacer" y un sentimiento de expropiación de la cultura artesanal. Vidas que persiguen su sustento que viene del mar, afectadas por un estado de abatimiento debido a la ausencia del beneficio "*Seguro-Defeso*". Vidas casi fuera de COVID-19 porque están abrumados por la necesidad diaria de subsistencia.

Palabras clave: Trabajo de Pescadores. Relaciones Laborales. Relaciones Sociales. Cultura del Trabajo. Pandemia de COVID-19.

Introdução

A mundialização capitalista e a pandemia de Covid-19 têm arrebatado as condições que determinam materialidades e subjetividades em milhões de trabalhadores de setores produtivos nacionais e internacionais, inseridos nos mais diversos extratos internos de culturais nacionais. A exposição da fragilidade da vida humana, frente à Covid-19, e a invisibilidade dessa condição, vis-à-vis ao capital financeiro, inseriram as sociedades ocidentais em uma trama de incertezas e novas formas de opressão.

De acordo com estimativas da Organização Internacional do Trabalho, a Covid-19 poderá deixar o mercado de trabalho mundial com maior desigualdade geográfica e demográfica, mais pobreza e menos empregos ditos decentes. O desemprego global

saltará o nível de 187 milhões, registrado em 2019, para 205 milhões, em 2022 (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2021).

Na Itália, primeiro país europeu a confirmar a Covid-19 em seu território, está crescendo fortemente a incidência da pobreza absoluta medida pelo consumo, especialmente no Norte, e o Sul se apresenta menos resiliente à crise, em virtude da adição de uma situação de fragilidade, ligada à contingência de Covid-19, sobre a sua histórica fragilidade estrutural (ITÁLIA, 2021a; 2021b).

Na América Latina e Caribe, o Panorama Laboral 2020 registrou um aumento da taxa de desocupação em 2,5%, em relação ao ano anterior, passando de 8,1% para 10,6%. Isto significa que o número de pessoas que procura emprego e não consegue encontrá-lo saltou de 5,4 milhões para 30,1 milhões. A taxa de participação na força de trabalho, por sua vez, diminuiu 5,4%, para 57,2%, em decorrência da transição atípica para a inatividade de pessoas que desistiram de procurar trabalho por falta de oportunidades, o que significa que 23 milhões de pessoas foram excluídas da força de trabalho latino-americana (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2021).

No Brasil, o impacto da pandemia no Brasil tem sido mais desolador nas frações mais vulneráveis – indivíduos mais jovens e menos escolarizados. No quarto trimestre de 2020, a taxa de desocupação dos trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos atingiu 29,8%, em termos relativos, o que significa que há quase 4,1 milhões de jovens à procura de um emprego. Em números interanuais do quarto trimestre de 2020 e 2021, as maiores altas no desemprego aconteceram nos segmentos de 25 a 39 anos (10,3% para 13,9%) e de 40 a 59 anos (6,65 para 9,0%) (LAMEIRAS, 2021).

Pesquisa desenvolvida sobre a vulnerabilidade de trabalhadores brasileiros, com dados das quatro edições trimestrais de 2019 da PNAD Contínua (IBGE), sinalizou que 1/4 da força de trabalho (23,8 milhões de pessoas) reúne vulnerabilidades advindas de vínculos frágeis e de impactos setoriais (MEIRELES; BARBOSA; PRATES, 2020).

Entre as atividades produtivas do setor primário no Brasil está a pesca comercial, sendo de dois tipos: artesanal e industrial. A pesca é classificada como artesanal quando praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante relações de trabalho de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte. Já a industrial é aquela praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial (BRASIL, 2009).

A história da pesca artesanal no Brasil se confunde com a história das colônias de pescadores (TIMM, 1978; SANTOS; SOARES; BARROS, 2015; OLIVEIRA *et al.*, 2018; VALE; FRANKLIN, 2018; RAMALHO, 2014), enquanto espaços estratégicos levantados na República Velha para a ação e controle do Estado sobre a costa e se desenha, ao longo do tempo, com as relações engendradas pelas instituições criadas para o setor, leis e códigos (RAMALHO, 2014).

Em finais dos anos 60, enquanto o projeto desenvolvimentista do País investia na impulsão da pesca industrial por meio de políticas de incentivo fiscais, “desencadeava-se, a partir do estado de Santa Catarina, um movimento de valorização do setor artesanal pesqueiro”. Em linhas sociais, o coletivo enxergava no horizonte que o controle da

produção mundial de pescado estava nas mãos de países que valorizavam a sua pesca artesanal, o contingente de pescadores artesanais na costa brasileira respondia pela produção pesqueira nacional, e em algumas circunstâncias a exploração pesqueira artesanal era mais rentável do que a pesca industrial, entre outros. Diante da indiferença de autoridades federais, o movimento decidiu por desenvolver pesquisas acadêmicas, junto a comunidades artesanais pesqueiras, e seminários, dos quais nasceu a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (TIMM, 1978, p. 199).

Na década seguinte, esta Associação desenvolveu uma pesquisa socioeconômica com 728 famílias de dezessete comunidades pesqueiras artesanais da Grande Itajaí, polo em produção de pescado e de indústrias da pesca, sediadas em seis municípios: Tijucas, Porto Belo, Itapema, Balneário de Camboriú, Itajaí e Navegantes. O estudo revelou como elementos estruturais da cotidianidade dessa força de trabalho: a precariedade das habitações e das condições de higiene, a condição de marginalidade, a regressão do nível cultural e a pobreza (TIMM, 1978).

O artigo analisa aspectos da cotidianidade de pescadores artesanais, do município de Navegantes, SC, na perspectiva humanística de análise de realidades. Parte do pressuposto de que o contexto neoliberal-pandêmico tem modificado condições objetivas e subjetivas que esculpem a andança na vida dessa fração de classe.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de nível exploratório e caráter analítico, realizada no município de Navegantes, SC. Foi provada no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Vale do Itajaí, no dia 20 de julho de 2020, sob o parecer n. 4.163.446 e CAAE 33668220.2.0000.0120, e desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq Edital 08/2000.

O coletivo de participantes foi composto por um informante-chave e treze pescadores. Nós havíamos convidado quinze pescadores, dos quais três não aceitaram participar, alegando estar na condição de aposentado ou que estariam embarcando para a pesca naquele momento.

A pesquisa foi realizada entre os meses abril e junho de 2021, por meio de um roteiro semiestruturado que explorou aspectos da cotidianidade, por ex., como vai a vida, o trabalho, como vão as condições de saúde-doença, como o distanciamento tem afetado o processo de viver, neste momento histórico tão conturbado, bem como de que forma eles percebem a tradição da pesca artesanal em suas vidas.

O papel do informante-chave foi fundamental no acesso aos trabalhadores da pesca artesanal, uma vez que ele foi pescador, é natural da cidade e mora há trinta anos no bairro em que reside a maior parte da comunidade artesanal pesqueira: Bairro São Pedro. Ele nos acompanhou em todo processo. Neste bairro, conhecido carinhosamente como "Pontal" devido ao seu formato geográfico, realizamos a coleta.

O encontro com os pescadores se deu de forma aleatória. Quando encontrávamos um artesanal pela rua, ou em frente à sua casa, ou mexendo no seu barco, pedíamos licença e

conversávamos sobre a pesquisa. Aqueles que aceitaram participar assinaram previamente o termo de consentimento livre e esclarecido.

Os participantes foram receptivos; ora espontâneos, ora tímidos, a depender do tema explorado pelo roteiro. Os encontros aconteceram ao ar livre, em respeito às medidas biopolíticas de controle da Covid-19. Alguns foram realizadas nas calçadas, outros na beira do rio ou nos pátios das casas de pescadores. O processo de coleta se deu de modo peculiar, pois gerou uma sensação de leveza no ar: enquanto o mundo continuava com seu ritmo frenético, o tempo experimentado com pescadores parecia desacelerar. Não foi incomum perceber ao fundo das gravações barulhos de carros, motos, caminhões passando. No entanto, as conversas aconteciam de forma tão natural que nem notávamos as intercorrências do mundo em seu peculiar movimento. Não foi incomum também algumas reações de pessoas que, ao vir a entrevista acontecendo, de longe, paravam para tentar entender o que acontecia: seria uma entrevista de televisão, algum pedido de voto para político (embora não estivéssemos em período eleitoral), ou mera curiosidade?

As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Os participantes foram representados pela letra P, seguida de números. Os dados foram analisados por meio do método humanístico de análise de realidade, de cunho gramsciano, executado no diálogo entre a historicidade do objeto de estudo (leia-se: cotidianidade) e a dialética. O produto da interlocução gerou uma questão nova à espera de uma resposta nova para posteriores investigações com pescadores artesanais catarinenses: "Subsistir não é preciso".

Resultados e discussão

Aos serem interpelados sobre "como vai a sua vida", um participante montou seu enunciado com palavras extraídas de um repertório personalista, em sentido literal, situando a ausência de fome e a presença de bens materiais básicos como condição para o bem viver: [...] *não tenho uma vida boa, mas não tenho uma vida ruim* [...] *não passo fome, tenho minhas coisinhas boas dentro de casa, pode passá lá e vê* [...] (P10). Outro expôs uma tonalidade sombria ao seu estado de ânimo cotidiano: [...] *uma vidinha meia rasa* (P1).

Demais participantes expuseram dificuldade para responder, seja por meio de silêncio ou de outra pergunta, sinalizando que a indagação, absolutamente filosófica e mobilizadora das dimensões estrutural e conjuntural da vida social e do mundo dos afetos, exigiu um breve diálogo solitário (ética) ou redarguição para a ação política (responder à pergunta). Ou seja, a questão gerou um movimento comunicativo prévio não verbal (silêncio) ou verbal: *Vida?* (P6). *Em que sentido?* (P7). *Como assim?* (P3) (P1).

Em seguida, lançaram mão de um conjunto de palavras, não organizadas no momento do enunciado, mas evocadas da memória, palavras "aprendidas [...] em bloco", ao longo da vida, as tais expressões idiomáticas (TAGNIN, 2013, p. 19). Ou seja, eles buscaram as unidades em um repertório convencionado e juntaram-nas, para manifestar o que estava sendo perguntado, conforme exemplos a seguir: [...] *mais ou menos* [...] (P12) (P9) (P3). [...] *aos trancos e barrancos* [...] *a gente vai levando* [...] *devagar e sempre* (P5). [...] *vai bem* [...] (P6).

Indagados sobre o que eles queriam dizer com essas expressões, apreendemos relatos vinculados a condições objetivas de vida associadas ao contexto neoliberal, na medida em que foram destacados elementos “relativamente ‘permanentes’ que operam com certa regularidade e um certo automatismo” (GRAMSCI, 2007b, p. 1018) no contexto de capital “fictício” de nossos tempos (MARQUES, 2015, p. 18).

[...] a única coisa que eu tenho pra sobreviver é pescar (P12). [...] a gente trabalha hoje pra comer amanhã [...] que nem o dia que der errado, no outro já bate a crise [...] (P3). [...] na medida do possível, a gente tem que correr atrás do prejuízo [...] (P2). [...] dá pra sobreviver [...] (P4). não é aquilo como dizer ‘bah!’, mas dá pra sobreviver (P11).

Se examinamos as falas acima em uma perspectiva histórico-nacional, podemos situá-las, por exemplo, como um produto de internalização de reminiscências da pesca indígena de subsistência do período colonial (ELLIS, 1969) e/ou pela influência da cultura do discurso oficial de um tipo de pesca não comercial chamada de subsistência, expressa na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (BRASIL, 2009). De todo modo, parece tratar-se, em ambos os casos, de um modo de se perceber como que predestinado; um “existir independentemente do sujeito pensante” (BERKELEY, 1949, p. 199).

Se, entretanto, aproximamos das narrativas acima o olhar civilizatório gramsciano sobre a história dos grupos subalternos, descrito no Caderno 25, não para incorporá-lo, mas para estimular o nosso pensamento em busca de indícios sobre a realidade (sempre) histórica dos pescadores do estudo, observamos algumas pistas “circunstanciais”. Dentre estas, o fato de que esse modo de comunicar a andança da vida – sobrevivendo – pode ser traduzido como característico de “grupos sociais subalternos”, posto que, diante da “falta de autonomia política, eles são forçados por suas próprias leis de necessidades mais simples” a orientar as suas iniciativas de modo defensivo: [...] *a gente trabalha hoje pra comer amanhã* (P3). Ou seja, a luta desses pescadores, para uma existência digna, acaba por se identificar amplamente com a luta em busca de necessidades básicas (GRAMSCI, 2007c, p. 2286).

Que a crueldade do capitalismo neoliberal é desmedida (POLYCHRONIOU, 2020), todos sabemos. No particularismo dessa pesquisa, cabe destacar a maestria com que a racionalidade neoliberal nega condições objetivas e subjetivas aos indivíduos que constituem um patrimônio do estado, restringindo, ou até mesmo impedindo, o exercício de possibilidades e, por consequência, privando-os de “informação qualitativa e suficiente” com vistas a deliberações pertinentes aos seus interesses (MANCE, 1997, p. 10). Mas não somente. Com a supremacia conquistada pelo capital financeiro no processo de desenvolvimento capitalista, nos últimos decênios, ao saltar de sua condição de detentor de poder e fundar-se ele próprio como poder deliberativo e controlador, o capital passou a se reconhecer *ad eternum* para decidir “que coisa produzir no mundo, com quais meios, onde, quando, em que quantidade [...] quantas pessoas têm direito a um trabalho e quantas são consideradas dispensáveis”, entre outros (GALLINO, 2014, p. 6-7), chancelando, portanto, já no ponto de partida da estrada laboral, sobretudo de subalternos, a corrida ao *prejuízo*, a antevisão de *crise* estrutural, a busca por *sobreviver*, a vida *meia rasa*.

Sobre como se percebem em relação ao trabalho, depoimentos sinalizaram uma vida à deriva: [...] *agora três mês parado, sem o defeso ainda* (P9). [...] *a gente se revira* (P1). [...]

tamo bem abandonado [...] não podemos ficar esperando nada do governo (P2). [...] pra fazer o defeso do pescador eles querem mil e uma coisas [...] (P5).

Os depoimentos apontam para uma associação entre um estado de desânimo com o não recebimento, *ainda*, do benefício seguro-defeso. Criado como um desdobramento do seguro-desemprego, por meio da Lei no 8.287/1991, o Programa Seguro Defeso tem um objetivo social e outro ambiental: amparar pescadores artesanais no período do ano em que ele está involuntariamente desempregado, chamado de defeso, para preservar a reprodução de várias espécies de peixes do ecossistema brasileiro que acontece no respectivo período. De lá para cá, foram criadas inúmeras normas reguladoras, ora no sentido de expandir o benefício, ora no sentido de restringi-lo (CAMPOS; CHAVES, 2014).

A Lei nº 13.134, de 2015, vigente até o presente momento, dispõe que o seguro-defeso é um direito do pescador artesanal que trabalha de forma contínua e corresponde a um salário-mínimo pago por no máximo cinco meses (BRASIL, 2015b). De acordo com a Secretaria da Previdência do Ministério da Economia, as orientações para a concessão do benefício, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, estão dispostas na Instrução Normativa nº 83/2015 (BRASIL, 2015a), onde se vê que o recebimento do benefício implica em inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e que a instituição do defeso se dá por meio de portarias (BRASIL, 2021c).

A Secretaria de Aquicultura e Pesca, do Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento, por sua vez, informa que o Brasil possui 1,2 milhão de pescadores que fazem jus ao seguro defeso (BRASIL, 2021b). Concomitante, a mesma Secretaria informa que o Brasil não tem um mapeamento de seus pescadores artesanais, posto que a “a última ação de atualização de dados do pescador profissional ocorreu em 2013” (BRASIL, 2021a). De fato, o Brasil prossegue marginalizando essa força de trabalho: no relatório “*The State of World Fisheries and Aquaculture 2020. Sustainability in action*”, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura está registrado que, desde 2014, o Brasil deixou de informar dados de sua produção pesqueira oficial (FAO, 2020).

Em 2014, técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) assinalaram que um dos entraves do Programa Seguro Defeso era a assimetria entre os números de pescadores profissionais artesanais e os de beneficiários do seguro. Entre 1992 e 2002, o número de beneficiários passou de 2,7 mil em 1992 para 92,0 mil em 2002, representando a entrada de 89,3 mil novos beneficiários no programa em dez anos (em média, 8,9 mil/ano). De 2002 a 2011, o quantitativo de beneficiários passou de 92,0 mil para 647,7 mil, em 2011, representando a entrada de 555,6 mil novos beneficiários no programa em uma década (em média, 61,7 mil/ano). O incremento marcante de beneficiários no segundo decênio parecia atrelado à expansão do programa, conferida pela Lei nº 10.779, de 2003 (CAMPOS; CHAVES, 2014).

Em junho do ano que corre, a Secretaria de Aquicultura e Pesca lançou o Sistema Informatizado de Registro de Atividade Pesqueira SisRGP 4.0 e convocou todos os pescadores e as pescadoras profissionais artesanais a efetuar a atualização cadastral de seus dados no novo Sistema (Recadastramento). Àquele(as) cuja licença para o exercício de atividade de pesca é o protocolo de requerimento de licença inicial, a Secretaria comunicou que os cadastros poderão ser efetuados “pela Internet, sem precisar se deslocar até uma superintendência estadual” (BRASIL, 2021b) e que o processo de cadastramento se dará

em quatro etapas, com finalização prevista para setembro de 2022. Para Secretaria de Pesca, o SisRGP 4.0 combaterá fraudes vinculadas ao seguro-defeso (BRASIL, 2021a).

Interpelamo-nos, neste momento, sobre o caráter dessa política social dirigida a populações pobres no Brasil. É fato que o seguro-defeso constitui uma política focalizada de cobertura de risco social, uma política de natureza neoliberal impeditiva de o pescador não *subsistir* no período de preservação de ecossistemas. É fato, também, que na época de capitalismo industrial, pescadores artesanais não se constituíam um setor estrategicamente importante para o país, não eram força de trabalho combativa, não ameaçavam a ordem e não geravam conflito entre capital e trabalho. Em tempos de capital financeiro, que “se reproduz sem passar pela produção” (MARQUES, 2015) e de governo autoritário, pescadores artesanais importam, obviamente, menos ainda. Seguem, na andança da vida, à espera de política pública efetiva de proteção social, conforme relatos de P1 e P9 supracitados. É fato, ainda, que uma análise apressada, em uma perspectiva moralista-privada, da discrepância entre os números de pescadores profissionais artesanais e os de beneficiários do seguro, em 2014, apresentada pelo estudo do IPEA, descrito acima, pode gerar culpabilizações sociais, quando o que se constitui basilar é uma autoanálise de governos alérgicos ao bem comum sobre a não realização de valores fundamentais quando da formulação de políticas sociais para pobres. Trata-se, portanto, de uma questão de moral pública.

A outra face do defeso, por sua vez, a preservação de espécies de nosso ecossistema, que impõe quotas e período para pesca como meios técnicos para lograr o equilíbrio da vida marinha, sem o qual não há equilíbrio da vida social, por vezes, não é respeitada por pescadores: *“acabou de sair pra fora roubar camarão [...] eles não estão nem aí, querem saber do bolso deles”* (P8). No entanto, aqui também a questão é do âmbito da moral pública, pois, para seguir um dado ordenamento federal e/ou estadual e/ou municipal é preciso, antes, compreendê-lo e reconhecer-se incluído. Uma norma institucional, construída para ancorar o comportamento de uma dada força de trabalho, tem potência para se tornar universalizável quando traduz “solidez interna” e deflagra sentimento de pertença à totalidade, o reconhecimento de ser parte universal (GRAMSCI, 2007a, p. 750). O homem-pescador, embora não seja um ser aquático, vive e passa muito tempo no mar, quase tornando-se parte dele. Se o seguro-defeso chega como imposição ecológica, sem solidez e sem a valorização dessa relação permeável do homem com o mar, socialmente construída quase como uma simbiose (DIEGUES, 2004), em busca de *subsistir*, o tema assume um caráter deliberativo privado, gerando a possibilidade de não se respeitar o defeso.

Por quase uma década, governos federais não se importaram com o cadastramento de pescadores artesanais e com a importância de inclusão dessa força de trabalho nas estatísticas de Estado (FAO, 2020; CAMPOS; CHAVES, 2014). É notório a linguagem confusa do texto da Lei nº 13.134/2015, que regulamenta a pesca artesanal, e a ausência de mecanismos políticos capazes de deflagrar o sentimento de pertença ao universal chamado nação. Recentemente, essa força de trabalho foi convocada para se cadastrar ou recadastrar em um sistema informatizado, como se a era digital estivesse incorporada ao quintal de suas casas. Cadastramento/recadastramento estendidos até setembro de 2022! Há um profundo débito histórico, em curso, por parte de governos legitimados democraticamente ou não, de respeito à dignidade da categoria.

Ao serem questionados sobre que sentidos a pesca artesanal assumem em suas vidas, a tradição fez-se manifesta: [...] *já vem com a tradição de pai, avô* [...] (P2). [...] *é um legado nosso passado de pai pra filho e de filho pra neto* (P10). [...] *o pai, toda vida, criou nós nessa vida* (P6). [...] *já vem desde a infância* (P11).

O vínculo entre tradição e pesca artesanal, manifesto em saberes e fazeres, está presente em vários estudos contextuais nacionais contemporâneos, desenvolvidos por meio de diferentes abordagens e referenciais de análise (BEZERRA, 2008; RAMALHO, 2012; ARAÚJO; LIMA; SASSI, 2015; SOARES, 2015; KNOX; TRIGUEIRO, 2015; SOUZA; SILVA, 2018; CAPELLESSO; CAZELLA, 2011). Pescadores do estudo revelam esse vínculo. No entanto, ao mesmo tempo em que se autoqualificam como portadores de um legado de saber-fazer, que os torna experientes, eles expõem um sentimento de expropriação da cultura artesanal, gerada pela consolidação da pesca industrial, conforme relatos:

[...] o que acaba com o artesanal é o amador empresário, eles querem acabar com tudo [...] igual a safra da tainha, quando nós mata 500 kg eles matam 100 toneladas [...] eu achava que não tinha que acabar o legado (P10). [...] hoje em dia tá tudo modificado, passando tudo pra os amador [...] nunca vi disso, o pescador sendo manipulado pelo amador, pela indústria da pesca (P1).

Medeiros *et al.* (2006, p. 39) discorrem, em um diagnóstico de comunidades pesqueiras artesanais catarinenses, realizado em meados dos anos 1990, que mais de 60% dos entrevistados (pescadores e mulheres de pescadores) disseram não desejar filhos pescadores artesanais. O Relatório sinaliza que esse sentimento desarraigado do legado da pesca artesanal provinha mais da autopercepção de desvalorização da cultura do que propriamente da razão econômica. Os autores relatam, ainda, o modo anárquico com que o turismo se consolidou na costa litorânea catarinense, a legislação “bastante confusa [...] da área de atuação da frota pesqueira industrial”, a falta de políticas de incentivo à pesca artesanal e a ausência de cooperativas como prováveis indicadores da fragilidade do legado.

Quase vinte anos depois, o Boletim estatístico da pesca industrial de Santa Catarina, editado em 2012, expõe que do volume total de 157.223 t desembarcado pela pesca industrial catarinense, naquele ano, o município de Navegantes ocupava o posto de segundo maior produtor do estado, ao responder por 37.415 t (UNIVALI, 2013), sinalizando a necessidade de legislação específica para a frota pesqueira industrial, em prol da preservação dos que buscam *subsistir*, dia a dia. De lá para cá, não foram produzidos registros da produção pesqueira do estado, da mesma forma que não temos dados da nossa produção pesqueira nacional, desde 2014.

Na relação com os depoimentos e com essas poucas informações locais, indagamos que prováveis efeitos são gerados em uma comunidade artesanal na presença do esgarçamento do vínculo com a tradição, especialmente quando essa comunidade se localiza em um município polo do setor pesqueiro estadual.

Não raramente, a tradição é pensada em uma abordagem reducionista, de base ideológica, como o culto de um passado, em que “implica uma escolha e um fim determinado” em um tempo pregresso, incorporados na vida atuante de um indivíduo como “um gesto pelo gesto” a ser reproduzido (GRAMSCI, 2007c, p. 1754). Se pensada, entretanto, na perspectiva do historicismo gramsciano, a tradição expressa em todo grupo social “não é absolutamente o culto do passado, mas um tornar presente o passado para poder construir o porvir” (PRESTIPINO, 2017, p. 777). Nessa linha, o passado continua a se

desenvolver no presente atuante e no devir, posto que ele é “[...] o ‘documento’ incontroverso daquilo que foi feito e que continua a subsistir como condição do presente e do futuro” (GRAMSCI, 2007b, p. 1354). Logo, tradição é compreendida como “um processo complexo que já se iniciou e que continuará” (GRAMSCI, 2007c, p. 1754).

Torna-se oportuno contextualizar que Gramsci argumenta o tema da tradição sobre a questão do “apoliticismo” italiano, inscrita no Ressurgimento e no Estado italiano de seu tempo (GRAMSCI, 2007c, p. 1754), o que não inviabiliza o diálogo com os relatos deste estudo; ao contrário. Pois, quando Gramsci sustenta que “a tradição italiana, dialeticamente, continua nos trabalhadores e seus intelectuais, não no cidadão tradicional e intelectual tradicional” (GRAMSCI, 2007b, p. 1190), ele nos incita a pensar a tradição, manifestada pelos pescadores, como “um testemunho” (GRAMSCI, 2007b, p. 1354), potente para movimentar “[...] as condições existentes ou em processo de desenvolvimento” (GRAMSCI, 2017b, p. 1190).

O que parece posto é que a história não forjou contextos propícios com potência para que pescadores artesanais desse estudo se organizassem coletivamente e, por consequência, dessem “uma expressão centralizada às suas aspirações e às suas necessidades” (GRAMSCI, 2007c, p. 2283). O que nos parece é que a produção *per se*, representada pela extração do peixe para fins de *sobrevivência*, pode ter cristalizado a autopercepção de que “o que cada indivíduo pode modificar é muito pouco, com relação às suas forças”, inserindo-os em um modo antinatural de vida porque mecanicista (GRAMSCI, 1981, p. 40).

Tomando por base a cadeia produtiva da pesca artesanal como organizada por várias etapas vinculadas e interdependentes e que a pandemia de Covid-19 favoreceu uma maior susceptibilidade a interrupções dessas etapas, na medida em que impôs medidas de distanciamento físico (FAO, 2020), era de se esperar testemunhos defensivos, digamos, vinculados aos efeitos da pandemia. No entanto, a Covid-19 parece correr à margem da vida de pescadores do estudo. Os relatos não evidenciam relação direta entre o texto sobre como vai a vida e o trabalho e o contexto de pandemia de Covid-19, ou seja, não destacam elementos “‘variáveis e em desenvolvimento’, que determinam as crises conjunturais” (GRAMSCI, 2007b, p. 1077), denotando que o que está em pauta no cotidiano deles são “as condições de vida difíceis, economicamente difíceis” (SEPPILLI; LIMA, 2021, p. 212). A forma com que a Covid-19 e suas medidas restritivas adentram as suas vidas assume uma feição singular. Tanto é real que o termo distanciamento foi expresso não no domínio da pandemia, mas em um particularismo referente ao cuidado em um serviço de atenção básica.

O termo distanciamento tomou corpo em uma fala de P5, dirigida à sua mulher (e compartilhada conosco) quando do retorno de uma consulta médica em uma unidade básica de saúde (UBS): *Botaram um médico ali para trabalhar, oh, quase quebrei o pau com ele [...] esse médico é assim: senta na cadeira e nem olha pra tua cara, não olha nem um pouco* [P5].

A indignação fez-se manifesta. Internalizada como se o médico estivesse lhe prestando um favor, ao atendê-lo em sua necessidade, P5 desvela, a um só tempo, o caráter desumanizado da relação que, se solidária, se realiza entre iguais em termos de condição humana, e a indiferença como ferramenta de demarcação de autoridade-autoritária (LIMA;

VERDI, 2009), quando, na verdade, o proprietário do espaço social UBS é P5, legítimo pagador de impostos em seu território de vida.

Historicamente, observamos uma espécie de “trono”, enquanto artefato simbólico, em relações interpessoais. Especificamente na área da saúde, não raramente deparamo-nos com situações em que um profissional de saúde, por conta de sua formação intelectual, hegemonicamente não orgânica, coloca-se em um “altar” como se tivesse superioridade em relação ao ser cuidado, sacralizando a relação entre humanos. Em qualquer relação de base humana, o direito de manifestação deveria ser inegociável. Ao conduzir o cuidado, o médico pode receber relatos de vivência e enriquecimento de vida do ser que o solicita, sendo essa uma das maiores riquezas que podemos conquistar nas relações. Quando nos colocamos um degrau acima do outro perdemos a oportunidade de conhecer, de experimentar intimidade e de estreitar laços que cada relação nos promove. No entanto, em um País onde “os conhecimentos e as concepções e práticas educativas são da classe dominante” (FRIGOTTO, 2015, p. 244), a desconstrução do “altar” se coloca como um desafio estrutural.

Em uma perspectiva abrangente, o cenário que se arrasta de Covid-19 tem sacudido a histórica “tensão entre a saúde compreendida como direito e bem coletivo (ou público) e a saúde como bem individual e econômico” (VIANA; SILVA, 2018, p. 2108), ao inscrever-se como uma profunda crise de humanidade. Ao longo de seu processo de resistência, o Sistema Único de Saúde (SUS) [leia-se: a mais robusta de todas as nossas políticas públicas] tem tentado criar condições para garantir sustentabilidade institucional, nas brechas que encontra em seu cotidiano. Com a escalada da Covid-19, vários serviços do SUS, em diferentes níveis de complexidade, foram socialmente agraciados com status de mérito social, ofuscando temporariamente a correlação de forças existentes entre necessidade coletiva e necessidade individual, historicamente favorável a esta.

Quando indagados sobre a relação com os serviços de saúde, participantes expressaram desconhecimento sobre o direito ao cuidado integral e sobre o fluxo de atenção à saúde garantido pelo SUS. Não desconhecem a existência do *postinho*, mas diante de um problema de doença se dirigem diretamente aos hospitais, sendo que o fluxo se inicia na UBS do território em que residem, posto que é a UBS que detém o comando do cuidado e encaminhamento, se necessário, para a média e/ou alta complexidade. Quando não conseguem a resolução de seu caso, buscam um serviço privado de saúde: *Procuerei e ficamos praticamente o dia todo lá no hospital para eles atenderem, e no final tivemos que correr para o particular (P2).*

A relação com os dados expôs uma força de trabalho desagregada, desligada de direitos sociais e quase imune a alarmes e alardes cotidianos sobre a Covid-19. O que aparece como prioridade à força de trabalho é o sustento que vem do mar, da pesca, no dia após dia. Independente de uso ou não de máscara, álcool em gel, ou até mesmo após a morte de um ente querido por Covid-19, a prioridade não é defender-se da ameaça de Covid, mas não parar, pois não parar é o que os mantém vivos.

A Covid-19 promoveu grandes mudanças na vida nacional, inscrevendo novas rotinas de trabalho, novas necessidades de saúde-doença-adoecimento, valores, sentimentos; novas formas de realizar a vida e nela se relacionar. Muitos conseguiram manter-se fisicamente afastados, com suas contas em dia, sem tantas preocupações quanto ao viver. Por outro lado, existem outras realidades, como a dos pescadores artesanais, deste estudo,

em que seres humanos lutam diariamente pelo seu sustento e de suas famílias, e por muitas vezes não podem se manter em afastamento, usando máscara de proteção e álcool em gel, por conta questão financeira e pelo fato de que é preciso *subsistir*, dia a dia, e cuidar dos seus, não tendo o direito e o privilégio de “ficar em casa”.

As medidas restritivas impostas à população para conter os avanços dos casos de Covid-19 ocasionaram mudanças também na vida e no trabalho dos pescadores artesanais que, por conta das restrições, foram impedidos de vender seus peixes *na porta* (P6), forma direta de venda dos seus produtos ao consumidor final. Uma das problemáticas relatadas pelos pescadores, aqui implicados, foi a questão dos atravessadores na venda dos peixes: o pescador pesca seu produto e revende para grandes empresas do setor pesqueiro ou para o próprio mercado público que, por sua vez, vende para o consumidor final. Porém, esse processo encarece o produto, além de o pescador artesanal ficar com a menor parte do lucro e a parte mais pesada do processo que é a pescaria no mar. A forma de venda diretamente ao consumidor final promove um lucro final maior ao pescador justamente pelo fato de que não existe atravessador no processo, mas em razão de medidas biopolíticas de prevenção ao avanço da Covid-19, esse procedimento de venda direta foi prejudicado, resultando num ganho menor para os pescadores e, conseqüentemente, em redução na renda familiar, conforme a fala de P6: *Prejudica [...] o nosso trabalho de vender peixe, e os clientes nós vendíamos peixe na porta também* (P6).

Pescadores revelaram, neste conturbado momento histórico, que existem poucas alternativas para quem vive da pesca. Revelaram-se pessoas com pouco estudo, de família humilde. Mas seguem estrada: [...] *essa doença afetou mesmo o psicológico, o cara fica pensativo [mas] a gente faz alguma coisa para distrair, pescar e tentar fazer as coisas [...]* (P8).

Considerações Finais

O artigo destaca condições que determinam materialidades e subjetividades em um recorte de uma fração de classe brasileira: pescadores artesanais de um município catarinense. Em diálogo com o contexto liberal-pandêmico, examinamos aspectos da vida cotidiana, em uma perspectiva humanística de análise do real.

O caminho do pensamento, percorrido diante da questão introdutória “Como vai a vida?”, exigiu da maior parte dos participantes um movimento ético-político prévio, manifestado pelo silêncio ou redarguições, sinalizando dificuldade para lidar com o demasiadamente humano que a questão carrega. Em seguida, buscaram palavras em um repertório convencional e juntaram-nas em frases para somente depois relatar que a vida vai em busca de condições objetivas para a garantia de necessidades básicas.

Em relação ao trabalho e processo saúde-doença, os efeitos do capital são perversos: a estrada laboral vem sendo percorrida em direção à corrida ao *prejuízo*, em busca de *sobreviver* com a única coisa que têm – a pesca –, com o reconhecimento do *abandono* do poder público federal e do que a *crise* assume em suas vidas, especialmente no âmbito do atraso do recebimento do seguro-defeso. O direito ao cuidado integral passa longe desses trabalhadores. Eles utilizam os serviços do SUS, mas desconhecem seu fluxo. A pandemia *prejudica*, mas passa quase à margem de suas vidas.

Sobre o sentido que a pesca assume na cotidianidade, revelaram vínculo com o legado da tradição, mas também desagregação e sentimento de expropriação da própria cultura artesanal.

Enfim, são trabalhadores que não podem parar. Trabalhadores que seguem estrada, em busca de dignidade no processo cotidiano artesanal pesqueiro.

Referências

ARAÚJO, Ismael Xavier de; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de.; SASSI, Roberto. Economia da pesca artesanal: o caso do bairro da Penha em João Pessoa/PB. **Revista Formação**, v. 1, n. 22, p. 193-220, 2015.

BERKELEY, George. A treatise concerning the principles of human knowledge: three dialogues between hylas and philonous. In: JESSOP, Thomas Edmund (ed.). **The Works of George Berkeley**. Londres: Nelson & Sons Ltd., 1949. DOI: [10.1017/CBO9780511736506](https://doi.org/10.1017/CBO9780511736506). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=IO-YtxHeYMcC&oi=fnd&pg=PA5&dq=A+treatise+concerning+the+principles+of+human+knowledge:+three+dialogues+between+hylas+and+philonous.&ots=xugAtktYmS&sig=g1xMIPp0IQFg1JoEBxwFJkx4zBs#v=onepage&q=A%20treatise%20concerning%20the%20principles%20of%20human%20knowledge%3A%20three%20dialogues%20between%20hylas%20and%20philonous.&f=false>.

Acesso em: 10 ago. 2021.

BEZERRA, Francisco José. O bosque de mangues e a pesca artesanal no Distrito de Acupe (Santo Amaro, Bahia): uma abordagem etnoecológica. **Acta Scientiarum. Biological Sciences**, Maringá, v. 30, n. 3, p. 275-282, 2008. DOI: 10.4025/actasciobiolsci.v30i3.5014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciBiolSci/article/view/5014>. Acesso em: 03 ago. 2021.

BRASIL. Instrução Normativa nº 83, de 18 de dezembro de 2015. Estabelece procedimentos relativos ao Seguro Desemprego devido aos pescadores profissionais artesanais, durante o período de defeso, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 176-177, 21 dez. 2015a.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015. Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal [...]. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 jun. 2015b.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento. Secretaria de Aquicultura e Pesca. **Cadastramento e recadastramento de pescador profissional**. Brasília, DF. 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/registro-monitoramento-e-cadastro/cadastramento-e-recadastramento-de-pescador-profissional>. Acesso em: 07 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento. Secretaria de Aquicultura e Pesca. **Novo sistema nacional de cadastro para pescadores profissionais é mais rápido e mais seguro**. Brasília, DF. 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/06/novo-sistema-nacional-de-cadastro-para-pescadores-profissionais-e-mais-rapido-e-mais-seguro>. Acesso em: 07 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria da Previdência. **Benefícios:** INSS estabelece procedimentos para a concessão do seguro defeso. Brasília, DF. 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/noticias/previdencia/beneficios/beneficios-inss-estabelece-procedimentos-para-a-concessao-do-seguro-defeso>. Acesso em: 07 ago. 2021.

CAMPOS, André Gambier; CHAVES, José Valente. Seguro Defeso: problemas enfrentados pelo programa. **Mercado de trabalho**, Instituto de Política Econômica Aplicada, n. 56, p. 77-84, fev. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3782>. Acesso em: 18 jul. 2021.

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente & Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 15-33, dez. 2011. DOI: 10.1590/S1414-753X2011000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8vycGbCJ3BVkYKQqV9PWRCg/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2021.

DIEGUES, Antônio Carlos. **A pesca construindo sociedades:** leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil Colonial.** São Paulo: Melhoramentos, 1969.

FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **The impact of COVID-19 on fisheries and aquaculture food systems, possible responses.** Rome: Fao, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb2537en>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 228-8, jul./dez. 2015. DOI: 10.20500/rce.v10i20.2729. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2729>. Acesso em: 18 jul. 2021.

GALLINO, Luciano. **Vite rinviate:** Lo scandalo del lavoro precario. Roma: Laterza, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere.** 3ª. Ed. A cura di Valentino Gerratana, v. 1. Torino: Einaudi, 2007a.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere.** 3ª. Ed. A cura di Valentino Gerratana, v. 2. Torino: Einaudi, 2007b.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere.** 3ª ed. A cura di Valentino Gerratana, v. 3. Torino: Einaudi, 2007c.

ITÁLIA. ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA (Istat). **Rapporto annuale.** 2021a. Disponível em: <https://www.istat.it/it/archivio/259418>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ITÁLIA. ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA (Istat). **Rapporto sulla competitività dei settori produttivi.** 2021b. Disponível em: <https://www.istat.it/it/archivio/255558>. Acesso em: 23 jul. 2021.

KNOX, Winifred; TRIGUEIRO, Aline. A pesca artesanal no litoral no ES. In: KNOX, Winifred; TRIGUEIRO, Aline (orgs.). **Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal.** Vitória: EDUFES, 2015. p. 17-50.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente. **Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para o ano.** Nota de Conjuntura 6, número 51, Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210413_cc51_nota_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

LIMA, Rita de Cassia Gabrielli Souza; VERDI, Marta Inez Machado. Solidariedade na medicina de família no Brasil e na Itália: refletindo questões éticas e desafios contemporâneos. **Interface**, Botucatu, v. 13, n. 29, p. 271-283, abr./jun. 2009. DOI: 10.1590/S1414-32832009000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jicse/a/Xq6kcx9PBPXbzK7CxJg6vth/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MANCE, Euclides André. Quatro teses sobre o neoliberalismo. **Educar**, Curitiba, n. 13, p. 9-34, 1997. DOI: 10.1590/0104-4060.168. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/CtkFTGyLbp8zNdVZtbzCVHc/?lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MARQUES, Rosa Maria. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 2, p. 7-21, jul./dez. 2015. DOI: 10.18315/argumentum.v7i2.10517. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/10517>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MEDEIROS, Rodrigo Pereira *et al.* Diagnóstico socioeconômico e cultural nas comunidades pesqueiras artesanais do litoral centro-norte do estado de Santa Catarina. Nota Técnica da Faculdade Ciências do Mar, Universidade do Vale do Itajaí. **Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology**, v. 1, n. 1, p. 33-42, 2006. DOI: 10.14210/bjast.v1n1.2613. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/bjast/article/view/2613>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MEIRELES, Thiago de Oliveira; BARBOSA, Rogério Jerônimo; PRATES, Ian. Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade. **Rede de Pesquisa Solidária**, São Paulo, n. 2, p. 1-6, abr. 2020. Disponível em: http://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/Boletim_2_Covid19_NT2v3.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

OLIVEIRA, Netie Silva *et al.* A pesca artesanal no alto e médio rio Araguari, Amapá, Brasil. **HOLOS**, Ano 34, v. 8, p. 81-98, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2018.6820>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6820>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Panorama Laboral 2020: Covid-19 deixa um rastro de alto desemprego, inatividade e empregos precários na América Latina e no Caribe**. 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_764677/lang--pt/index.htm. Acesso em: 23 jul. 2021.

POLYCHRONIOU, C. J. Chomski: ventilator shortage exposes the cruelty of neoliberal capitalism. Entrevista com Noam Chomski. **Truthout**, apr. 2020. Disponível em: <https://truthout.org/articles/chomsky-ventilator-shortage-exposes-the-cruelty-of-neoliberal-capitalism/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

PRESTIPINO, Giuseppe. Tradição. In: LIGURI, Voza (Org.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 777.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Estado, Pescadores e Desenvolvimento Nacional. **Ruris**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 31-61, mar. 2014.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. **Revista de Ciências Sociais**, v. 43, n. 1, p. 8-27, 2012.

SANTOS, Kelly Polyana Pereira dos; SOARES, R. R.; BARROHOLOS, R. F. M. Atividade pesqueira e construção de embarcações na Colônia de Pescadores Z-18 do município de União/PI, Brasil. **HOLOS**, Ano 31, v. 6, p. 90-106, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2015.3205>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3205>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SEPPILLI, Tulio; LIMA, Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima. Epidemiological risk and health policies: An interview with Tullio Seppilli. **Anuac**, Cagliari, v. 10, n. 1, p. 211-223, 2021. DOI: 10.7340/anuac2239-625X-4704. Disponível em: <https://ojs.unica.it/index.php/anuac>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SOARES, David Gonçalves. A pesca artesanal na Baía de Guanabara e justiça ambiental: uma proposta de nuances sociológicas. In: KNOX, Winifred;

TRIGUEIRO, Aline (orgs.). **Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal**. Vitória: EDUFES, 2015. p. 51-84.

SOUZA, Israel Vieira de; SILVA, Tâmara Almeida e. Levantamento socioeconômico dos pescadores da comunidade do Angari. **Acta Scientiarum. Biological Sciences**, Maringá, v. 40, n. 3, e36763, 2018. DOI: 10.4025/actascihumansoc.v40i3.36763. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/36763>. Acesso em: 10 ago. 2021.

TAGNIN, Stella E. O. **O jeito que a gente diz**. Barueri: Disal, 2013.

TIMM, José Ubirajara. O artesanato pesqueiro: suas origens, adversidades e perspectivas. O enfoque nacional e aspectos da problemática catarinense. **Revista administração pública**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 82-224, jul. 1978. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7472/5941>. Acesso em: 28 jul. 2021.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ. **Boletim estatístico da pesca industrial de Santa Catarina - ano 2012**. Itajaí: Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar, 2013.

VALE, Sabrina Deise Pereira; FRANKLIN, Roberto da Costa. Aspectos socioeconômicos das associações da Colônia de Pescadores e Aquicultores do Município de Apodi - RN. **HOLOS**, Ano 34, v. 4, p. 236-250, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2018.2932>. Disponível: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2932>. Acesso em: 23 jul. 2021.

VIANA, Ana Luiza D'Ávila; SILVA, Hudson Pacífico da. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2107-2017, jul. 2018. DOI: 10.1590/1413-81232018237.07582018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hMWpzWJRvVKC4h9TmMxjVtD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2021.

Submetido em: 13/09/2021

Aprovado em: 28/12/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)